



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF EDVALDO EVARISTO DOS SANTOS FILHO

NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO NO EFETIVO E FUNÇÕES DO ESTADO-MAIOR DO BATALHÃO PARA CUMPRIR AS ATIVIDADES DE CIMIC, UM ESTUDO DE CASO DURANTE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO – RJ EM 2018

**Rio de Janeiro
2019**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP INF EDVALDO EVARISTO DOS SANTOS FILHO

NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO NO EFETIVO E FUNÇÕES DO ESTADO-MAIOR DO BATALHÃO PARA CUMPRIR AS ATIVIDADES DE *CIMIC*, UM ESTUDO DE CASO DURANTE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO – RJ EM 2018

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em *CIMIC*.

**Rio de Janeiro
2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Inf EDVALDO EVARISTO DOS SANTOS FILHO**

Título: **NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO NO EFETIVO E FUNÇÕES DO ESTADO-MAIOR DO BATALHÃO PARA CUMPRIR ATIVIDADES DE CIMIC, UM ESTUDO DE CASO DURANTE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO – RJ EM 2018.**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em CIMIC, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ **CONCEITO:** _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
JOBEL SANSEVERINO JUNIOR - Maj Cmt Curso e Presidente da Comissão	
LEANDRO TAVARES LUIZ - Cap 1º Membro	
CARLOS MAGNO SIQUEIRA CARVALHO - Cap 2º Membro e Orientador	

EDVALDO EVARISTO DOS SANTOS FILHO – Cap
Aluno

NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO NO EFETIVO E FUNÇÕES DO ESTADO-MAIOR DO BATALHÃO PARA CUMPRIR ATIVIDADES DE CIMIC, UM ESTUDO DE CASO DURANTE A INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO – RJ EM 2018.

Edvaldo Evaristo dos Santos Filho*
Leandro Tavares Luiz**

RESUMO

A Cooperação Civil-Militar é uma das facetas do combate de 4ª geração. A preocupação com a conquista da narrativa não prescinde da participação da cooperação da sociedade. Dessa forma, como peças de manobra de uma Grande Unidade, por vezes os Batalhões sentem a importância de um planejamento específico para cumprir exatamente as missões planejadas e emanadas do escalão superior. Deste fato surge o questionamento: as Unidades estão corretamente organizadas para cumprir esta missão? Este trabalho visa identificar a possível deficiência entre a atual configuração do Estado Maior de organizações militares nível Unidade e as operações em que se torna necessário a Cooperação Civil-Militar. Para isso realizou-se pesquisa em campo de forma a embasar as avaliações dos usuários do sistema. Dentro deste espectro foram realizados questionários e entrevistas que trouxeram novas avaliações e ratificaram a coerência das principais correntes doutrinárias. Identificou-se que era necessário a reconfiguração desta célula de planejamento para cumprir esta faceta do amplo espectro.

Palavras-chave: CIMIC. Cooperação Civil-Militar. Coordenação Civil-Militar. Estado-Maior. QCP

ABSTRACT

The Civil-Military Cooperation is one of most important new faces of modern combat, the Fourth Generation. Every country is concerned with how the ending story is told, and is quite necessary the society participation. Thus, as an important brigade maneuver part of, sometimes the Battalions understand the need of a detailed planning to execute the missions planned by their superiors. From this fact, emanates the following question: Are the Battalions correctly organized to execute this mission? This essay seek to identify if there is a possible gap between the currently Battalion's Staff configuration and the CIMIC questionings. To fulfill that study a field research was needed, with militaries that were deployed on military intervention on Rio de Janeiro in 2018. Some interviews, and forms answered brought new concepts that ratified the main doctrinal currents. The reconfiguration of the Battalion Staff was defined as necessary to execute CIMIC plannings and missions.

Keywords: CIMIC. Civil-Military Cooperation. Civil-Military Coordination. Battalion Staff. QCP

* Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2009.

** Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2006. Pós-graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (AMAN) em 2015.

1. INTRODUÇÃO

Sob o prisma dos conflitos no amplo espectro, o combate tradicional aumentou a amplitude do planejamento. Particularmente quando enxergamos que atores não ortodoxos influem no teatro de operações, tanto quanto aqueles que expressam o poder militar. Nesse sentido, as Forças Armadas, num mundo cada vez mais complexo e multifacetado, têm buscado essa capacidade: realizar a Cooperação Civil-Militar para auxiliar na consecução dos objetivos militares, garantindo assim um ambiente seguro e estável.

Nesse contexto, o Decreto n.º 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, determinou a intervenção federal na área da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro no período compreendido da data de sua assinatura até 31 de dezembro do mesmo ano. Tal medida possibilitou a atuação do interventor como secretário de segurança pública diretamente subordinado ao Presidente da República, podendo solicitar e gerir os recursos que se fizessem necessários. Diversas operações conjuntas e em apoio aos Órgãos de Segurança Pública foram desencadeadas e as Forças Armadas (FA) compuseram esse mosaico em diversas oportunidades.

Segundo, BRASIL (2012) as operações de coordenação e cooperação com agências tem em seu conceito a interoperabilidade entre Forças Armadas e Agências buscando a economia de esforços e meios de forma coordenada, a fim de concentrar os recursos e soluções objetivando o bem comum. Coadunando, dessa forma, o poderio militar com a capacidade civil

Não obstante, a Cooperação Civil-Militar, doutrina consolidada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e delimitada no Exército Brasileiro pelo Manual de Campanha de mesmo nome, enxerga esta capacidade como sendo a união dos esforços civis e militares para atingir um objetivo militar. Difere-se, entretanto, do conceito abordado no parágrafo anterior principalmente pelo nível de decisão. Enquanto as Operações com agências estão melhor visualizadas no nível estratégico e político, a CIMIC é empregada no nível operacional e tático.

Esta diferenciação dos dois conceitos neste ponto da leitura se torna importante por ser muito comum imaginar-se que ambos conceitos se confundem. Na realidade, podem se complementar nas atividades do amplo espectro mas não são iguais, seja em conceito ou seu emprego.

Os Batalhões não têm em seus quadros estruturas totalmente vocacionadas para as atividades CIMIC. Isto posto, entende-se aqui uma oportunidade para analisar-se a necessidade ou não de adequarmos a gestão de pessoal nesta janela. Assim sendo, este trabalho irá analisar através de métodos qualitativos e quantitativos nossa situação atual e a proposta por aqueles que estiveram presentes no período especificado.

1.1 PROBLEMA

A atividade CIMIC, segundo Teixeira (2017) é planejada no Estado-Maior do mais alto comando da Área de Operações e executada, quase sempre, no nível unidade através de ações descentralizadas. Esta execução, porém, não é seguida de um planejamento pormenorizado pelo executante, a exemplo do que acontece com as demais funções de Estado-Maior. A seção de Operações de uma Grande Unidade, em operações emite seu planejamento que é pormenorizado pela seção de operações do Batalhão por exemplo. Qual seria a diferença, portanto, em estruturar no nível Unidade as ordens de CIMIC do escalão superior? Qual estrutura de Estado-Maior seria necessária para cumprir esta finalidade?

Destas indagações duas correntes são deduzidas: aquela que defende a função CIMIC no Comando Militar de Área, Grande Comando Operacional ou Grande Unidade, sob o controle de seu Comandante, a exemplo das Operações Psicológicas por exemplo; e aquela, a que se pretende defender, que atribui a uma função ou cargo de Estado-Maior de Batalhão para atividades CIMIC?

1.2 OBJETIVOS

A fim de determinar as necessidades operacionais inerentes melhor gestão do pessoal das OM do Exército Brasileiro, o presente estudo pretende analisar a necessidade de ampliação do Estado Maior do Batalhão e sua adequação para cumprir atividades de Cooperação Civil-Militar, no contexto da atuação do Comando Militar do Leste na intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a) Identificar as necessidades específicas de pessoal da Cooperação Civil-Militar nos Batalhões. Avaliando não só a estrutura atual, mas comparar com os, resultado tabelares dos questionários e entrevistas;
- b) Estabelecer critérios objetivos para sugerir ou não a criação de um cargo de EM no Btl para cumprir estas novas necessidades;
- c) Contextualizar os dados com a intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

A atuação das FA nas Operações no Amplo Espectro são uma determinação doutrinária da atualidade. A doutrina CIMIC, apesar de nova na Força Terrestre, já é experimentada e consolidada na OTAN e ONU. Com o planejamento dissociado do executante há que se aprimorar a forma de emprego e potencializar seus efeitos. Para isso, a criação de uma nova Seção nos EM dos Btl vai preencher esta lacuna.

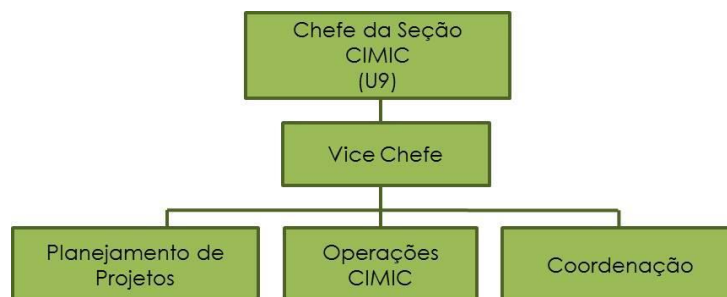
Esta inovação vem de encontro ao já estabelecido no Manual de Operações (2017, p. 5-8) do Exército Brasileiro que assim define:

“A **9ª Seção do EM** é responsável por coordenar a aplicação das capacidades civis, adequando-as às necessidades militares (**CIMIC**). O comandante deve assegurar que as ligações com os atores não militares, referentes a CIMIC, sejam feitas por meio dessa seção.”

BRASIL, (2017, p. 5-8)

Todavia, esta inovação apontada em 2017 apenas consagrou as Grandes Unidades, designando-a para cumprir as particularidades de planejamento dos assuntos civis, no qual as atividades de CIMIC se englobam. Enxerga-se, neste trecho, a especificidade da função e complexidade da atividade.

Esta delimitação pelo Estado-Maior do Exército (EME) tem consonância com o estabelecido pelas Nações Unidas. A exemplo da última missão de grande vulto que o Brasil participou, a MINUSTAH, o componente militar, como aponta Teixeira (2017), possuía em seu Estado-Maior efetivo dedicado, lotados na “U9”, cuja configuração ele ilustra da seguinte forma:



Seção CIMIC U9

Fonte: TEIXEIRA (2017) p. 43

Quando se analisa a estrutura sugerida de um Batalhão de Infantaria para as Nações Unidas em Missões de Paz, esta ressonância também é verificada. Segundo ONU (2012), a estrutura mínima seria a ilustrada a seguir:

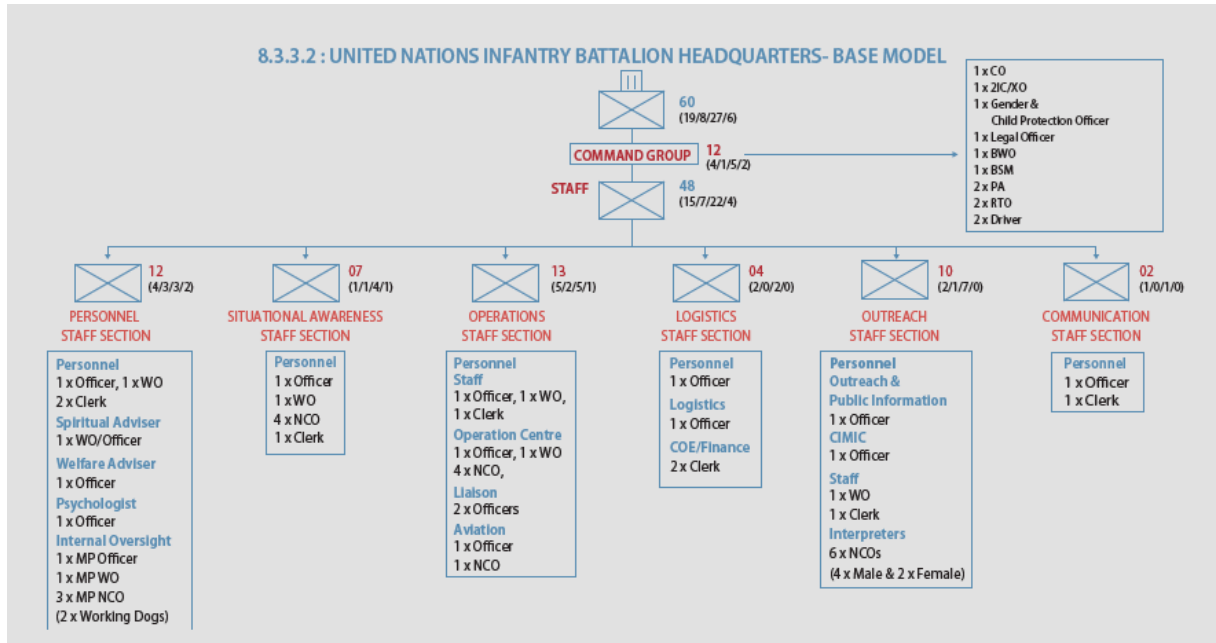


FIGURA 2 - Estrutura básica de um Batalhão de

Fonte: ONU, 2012, Vol I, p.130

Nesta ilustração, no campo “*Outreach Staff Section*” podemos observar a previsão de um Oficial exercendo a função de CIMIC no próprio Estado-Maior da Unidade naquilo que pode ser interpretado como uma Seção de Assuntos Cívicos. Se há a previsão desta função nas atividades de operações de paz pelo Departamento de Operações de Paz da ONU, há um precedente para que se identifique este vácuo no nosso organograma atual dos Batalhões.

Pessoal especializado para cumprir missão específica não é somente necessidade das atividades de CIMIC. Segundo Valdetaro (2017), ao se debruçar sobre os Assuntos Cívicos no Exército Americano, aponta:

“Os especialistas de Assuntos Cívicos compõem as 9as Seções nos diversos escalões e são responsáveis por assessorar o comandante tático com uma análise dos componentes cívicos que moldam o ambiente operacional.”

Valdetaro (2019)

Uma outra ótica, mais próxima a realidade da Força Terrestre é a visão sobre CIMIC da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Nesta, esta função é exercida por um corpo específico de operadores dedicados a atividade. Constituindo inclusive uma especialidade dentre as funções de combate. O Centro de Excelência de Cooperação Militar (CCOE), em seu Manual de Campanha (CIMIC Field Handbook, 2016), em tradução livre, define:

“As células de Estado-Maior CIMIC estão totalmente integrados com o Quartel-General, têm uma visão holística e são totalmente autorizados a coordenar atividades CIMIC na Área de Operações Conjuntas.”

Como a função CIMIC na OTAN está mais consagrada do que na Força Terrestre, não há como comparar o nível de emprego de pessoal entre as duas instituições, em contrapartida alguns ensinamentos são deduzidos. Na citação anterior percebe-se a integração entre a função exercida, o comandante da operação e principalmente a autonomia em coordenar atividades Civis-Militares na área de operações. Ou seja, justifica-se ser uma função de Estado-Maior, de planejamento e coordenação.

Nesse sentido, o presente estudo se justifica por promover uma pesquisa a respeito de um tema atual e de suma importância para a evolução da gestão de pessoal no Estado-Maior das Unidades para melhor cumprir as operações em que os Batalhões são empregados, particularmente no exemplo desta pesquisa: a Intervenção Federal no Rio de Janeiro – RJ em 2018.

O trabalho pretende, ainda, refletir sobre a atual situação dos quadros, a percepção de assessoramento aos Comandantes Táticos e os reflexos que pessoal dedicado e especializado pode contribuir a melhor condução do processo decisório, servindo de pressuposto teórico para outros estudos que sigam nesta mesma linha de pesquisa.

2. METODOLOGIA

Para colher subsídios que permitissem formular uma possível solução para o problema, o delineamento desta pesquisa contemplou leitura analítica e fichamento das fontes, entrevistas com especialistas, questionários, argumentação e discussão de resultados.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizaram-se, principalmente, os conceitos de pesquisa **quantitativa**, pois as referências numéricas obtidas por meio dos questionários foram fundamentais para a compreensão das necessidades dos militares.

Quanto ao objetivo geral, foi empregada a modalidade **exploratória**, tendo em vista o pouco conhecimento disponível, notadamente escrito, acerca do tema, o que exigiu uma familiarização inicial, materializada pelas entrevistas exploratórias e seguida de questionário para uma amostra com vivência profissional relevante sobre o assunto.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Iniciamos o delineamento da pesquisa com a definição de termos e conceitos, a fim de viabilizar a solução do problema de pesquisa, sendo baseada em uma revisão de literatura no período de jan/2002 a maio/2019. Essa delimitação baseou-se na necessidade de atualização do tema, visto que a maioria das referências foram delimitadas pela doutrina das Nações Unidas, emprego do Exército Brasileiro no Haiti, através da MINUSTAH e as operações na Intervenção Federal no Rio de Janeiro – RJ em 2018.

Esta delimitação do espaço tempo na Intervenção Federal, particularmente no ano de 2018 deu-se pela busca da mais recente participação da Força Terrestre em Operações. Como o comando político estava sob a égide de um interventor federal, imaginou-se que o campo político seria similar a uma situação de combate convencional, pela subordinação direta ao Presidente da República. Assim, simula-se a situação ideal de conflito no amplo espectro, ambiente fértil para a Cooperação Civil-Militar.

Foram utilizadas as palavras-chave CIMIC, Cooperação, Coordenação, ONU, CCOE, CCOPAB, Intervenção Federal, Estado-Maior, Efetivo, juntamente com seus correlatos em inglês e espanhol, na base de dados RedeBIE, Pergamum, Lilacs, Scielo, em sítios eletrônicos de procura na internet, biblioteca de monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), do CCOPAB e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), sendo selecionados apenas os artigos em português, inglês e espanhol. O sistema de busca foi complementado pela pesquisa de notícias da época, resultado das operações e tabulação dos questionários e entrevistas distribuídas.

Quanto ao tipo de operação militar, a revisão de literatura limitou-se a operações de não-guerra, com enfoque majoritário nas participações das Forças Armadas na Intervenção Federal no Rio de Janeiro – RJ em 2018.

a. Critério de inclusão:

- Estudos publicados em português, espanhol ou inglês, relacionados à atividade CIMIC (cooperação e coordenação), Intervenção Federal, Estado-Maior das Unidades da (GU Es) 9ª Bda Inf Mtz.

- Estudos, matérias jornalísticas que retratam as atividades e importância da Cooperação Civil-Militar.

- Estudos qualitativos sobre os resultados da atividade CIMIC.

b. Critério de exclusão:

- Estudos que abordam o emprego de CIMIC apenas no nível político e estratégico;

- Estudos cujo foco central seja relacionado estritamente Intervenção Federal na expressão militar do emprego da Força Terrestre.

2.2 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelos seguintes meios: entrevista exploratória, questionário e grupo focal.

2.2.1 Entrevistas

Com a finalidade de ampliar o conhecimento teórico e identificar experiências relevantes, foi realizada entrevista exploratória com o seguinte especialista:

Nome	Justificativa
HENRIQUE SINICIATO TERRA GARBINO – Ex Instrutor do CCOPAB	Experiência como Instrutor do CCOPAB, realizou o NATO CIMIC Field Worker Course (Civil-Military Cooperation Centre of Excellence, 2018) e terminou recentemente o mestrado em Estudos de Paz e Conflitos pela Universidade de Uppsala na Suécia, como bolsista da Rotary.
DIEGO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Cap EB	Experiência de ter realizado o Estágio CIMIC do CCOPAB e por 6 meses foi o S Cmt da 2ª Cia Fuz F Paz no Haiti.
BRUNO SOUTO DE SOUZA – Cap EB	Ex Instrutor de CIMIC do CCOPAB
CARLOS VINICIUS OTTONI BITTENCOURT – Cap EB	G9 da BRAENGCOPY/Haiti no 25º Contg, instrutor convidado do CCOPAB para os Estg UN-CIMIC 2017/1 e /2 e 2018/1 e /3

QUADRO 1 – Quadro de Especialistas entrevistados

Fonte: O autor

2.2.2 Questionário

A amplitude do universo foi estimada a partir do efetivo de militares que participaram da Intervenção Federal no Rio de Janeiro – RJ em 2018, de 3º Sargento a Coronel. O estudo foi mais amplamente divulgado e executado com oficiais da arma de infantaria, oriundos da Academia Militar das Agulhas Negras, devido à sua formação mais completa e provável emprego nas atividades CIMIC, inclusive nos Estados-Maiores dos Batalhões.

Dessa forma, utilizando-se dados obtidos nos relatórios das operações e em consultas ao CCOPAB, a população a ser estudada foi estimada em 41 militares. A fim de atingir uma maior confiabilidade das induções realizadas, buscou-se atingir uma amostra significativa, utilizando como parâmetros o nível de confiança igual a 90% e erro amostral de 10%. Nesse sentido, a amostra dimensionada como ideal (n_{ideal}) foi de 36.

A amostra foi selecionada em diferentes Organizações Militares, de maneira a não haver interferência de respostas em massa ou influenciadas por episódios específicos. A sistemática de distribuição dos questionários ocorreu de forma direta (pessoalmente) ou indireta (correspondência ou e-mail) para 80 militares que atendiam os requisitos. Entretanto, devido a diversos fatores, somente 41 respostas foram obtidas (90% de n_{ideal}), não havendo necessidade de invalidar nenhuma por preenchimento incorreto ou incompleto.

A partir do n_{ideal} (36), depreende-se que o tamanho amostral obtido ($n=36$) foi inferior ao desejado para o tamanho populacional dos potenciais integrantes da amostra, no entanto não inviabiliza, tampouco reduz a relevância desta pesquisa, haja vista a especialização da amostra.

2.2.3 Grupo Focal

Devido à natureza exploratória da investigação e finalizando a coleta de dados, foi conduzido um grupo focal, visando a debater os resultados colhidos nos questionários, com os seguintes especialistas:

Nome	Justificativa
EDVALDO EVARISTO DOS SANTOS FILHO – Cap EB	Pesquisador sobre o tema e realizou o estágio de CIMIC em 2015
DIEGO RODRIGUES DE OLIVEIRA – Cap EB	Experiência de ter realizado o Estágio CIMIC do CCOPAB e por 6 meses foi o S Cmt da 2ª Cia Fuz F Paz no Haiti.

QUADRO 2 – Quadro de Especialistas participantes do Grupo Focal

Fonte: O autor

Durante a orientação do referido grupo focal, foram levantadas, como pautas, divergências entre o encontrado na literatura analisada e a percepção da amostra, obtida por intermédio dos questionários, notadamente nos seguintes aspectos:

- a) Necessidade de ampliação do Estado-Maior do Batalhão;
- b) Imputar uma função colateral como solução provisória até a adequação do efetivo;
- c) Encontrar soluções alternativas que atendam ao mesmo objetivo nas respostas discursivas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A melhor gestão de pessoal é solução para diversos problemas estruturais nas organizações, sejam governamentais ou não. Particularmente numa sociedade cada vez mais otimizada (fora do conceito industrial de produção) e informada, a adequação dos nossos efetivos à realidade operacional dos conflitos de 4ª geração impõe à Força Terrestre a responsabilidade de se atualizar.

Desta forma, ser operacional significa atender os objetivos impostos pela sociedade e seu contrato social firmado com os meios que ela dispõe as suas Forças Armadas. Num ambiente humanizado, a história recente e o emprego atual nos mostra que o combate depende de um ambiente seguro e estável para ser considerado como de sucesso. Somente a expressão do poder militar não garante que os objetivos sejam atingidos. O Comando de um Batalhão, unidade mais próxima ao combate que possui um quadro de assessores, precisa de informações integradas à realidade. É justamente esta equipe, tão presente em exércitos do mundo inteiro e organizações supranacionais, como OTAN e ONU, que julga-se sugerir ao quadros da Força.

Para a organização destes resultados buscou-se delimitar três grupos de pesquisa:

1. Instrutores e Ex instrutores de CIMIC do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil;
2. Militares que realizaram o Estágio CIMIC e foram empregados no Haiti;
3. Militares, de 3º Sargento a Coronel, que participaram das operações na Intervenção Federal no Rio de Janeiro em 2018.

;

3.1 Instrutores e Ex instrutores de CIMIC do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

3.1.1 Entrevista com o Ex Instrutor do CCOPAB Sr HENRIQUE GARBINO;

O Sr Henrique Garbino é ex instrutor do CCOPAB e realizou os cursos de Estágio de Coordenação Civil-Militar das Nações Unidas (Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, 2015), NATO CIMIC Field Worker Course (Civil-Military Cooperation Centre of Excellence, 2018) e o Estágio Preparatório para Operação São Francisco (Centro de Instrução de Operações de Garantia da Lei e da Ordem, 2014). Além de ter terminado recentemente o Mestrado em

Estudos de Paz e Conflitos pela e terminou recentemente o mestrado em Estudos de Paz e Conflitos pela Uppsala University na Suécia, como bolsista da Rotary.

Em relação aos questionamentos foram realizados os seguintes:

1. Qual o efetivo que o Sr identifica ser ideal para planejar e coordenar este tipo de atividade?

R: Depende muito da estrutura do nível acima

2. Do efetivo considerado quais deveriam ser especialistas

R: Todos.

3. O Sr acredita que seja necessário ou importante, o Estado-Maior de um Btl ter uma seção, carteira de uma seção, ou função colateral CIMIC?

R: Sim.

4. Qual posto/graduação o Sr identifica que poderia chefiar o planejamento e coordenação destas atividades (caso no EM da Unidade houvesse a função CIMIC a ser exercida)?

R: O posto de Capitão.

5. Em operações como as da Intervenção Federal no Rio de Janeiro (2018), o Sr identifica que esta atividade poderia ser exercida de forma colateral ou há a necessidade de dedicação integral?

R: A intervenção é, em tese, interagencia. Isso significa que deveriam existir estruturas de coordenação sólidas, oficiais de ligação em vários níveis, etc. A coordenação não seria somente feita pela função CIMIC, mas também por meio do centro de operações, e outras estruturas. Não sei como isso aconteceu na intervenção, mas dependendo da eficiência dessa estruturas, o pessoal do batalhão pode ser aliviado. Idealmente, melhor ter alguém com função dedicada, mas nem sempre é possível.

3.1.2 Entrevista com o Ex Instrutor do CCOPAB Sr Cap BRUNO SOUTO DE SOUZA

O Sr Cap **BRUNO SOUTO DE SOUZA** é ex instrutor de CIMIC no CCOPAB e participou da MINUSTAH durante o terremoto no Haiti.

Em relação aos questionamentos foram realizados os seguintes:

1. Qual o efetivo que o Sr identifica ser ideal para planejar e coordenar este tipo de atividade?

R: 5 militares, 2 oficiais e 3 sargentos;

2. Do efetivo considerado quais deveriam ser especialistas?

R: Todos os Oficiais

3. O Sr acredita que seja necessário ou importante, o Estado-Maior de um Btl ter uma seção, carteira de uma seção, ou função colateral CIMIC?

R: Sim.

4. Qual posto/graduação o Sr identifica que poderia chefiar o planejamento e coordenação destas atividades (caso no EM da Unidade houvesse a função CIMIC a ser exercida)?

R: O posto de Major.

5. Em operações como as da Intervenção Federal no Rio de Janeiro (2018), o Sr identifica que esta atividade poderia ser exercida de forma colateral ou há a necessidade de dedicação integral?

R: É necessário a dedicação integral à atividade.

3.2 Militares que realizaram o Estágio CIMIC e foram empregados no Haiti

3.2.1 Entrevista com o Sr Capitão EB DIEGO RODRIGUES DE OLIVEIRA

O Sr Cap **DIEGO RODRIGUES DE OLIVEIRA** realizou o Estágio CIMIC do CCOPAB e por 6 meses foi o Subcomandante da 2ª Cia de Fuzileiros de Paz na MINUSTAH.

Em relação aos questionamentos foram realizados os seguintes:

1. Qual o efetivo que o Sr identifica ser ideal para planejar e coordenar este tipo de atividade?

R: 5 militares, 2 oficiais e 3 sargentos;

2. Do efetivo considerado quais deveriam ser especialistas

R: Todos.

3. O Sr acredita que seja necessário ou importante, o Estado-Maior de um Btl ter uma seção, carteira de uma seção, ou função colateral CIMIC?

R: Sim.

4. Qual posto/graduação o Sr identifica que poderia chefiar o planejamento e coordenação destas atividades (caso no EM da Unidade houvesse a função CIMIC a ser exercida)?

R: O posto de Capitão.

5. Em operações como as da Intervenção Federal no Rio de Janeiro (2018), o Sr identifica que esta atividade poderia ser exercida de forma colateral ou há a necessidade de dedicação integral?

R: É necessário a dedicação integral à atividade.

3.2.2 Entrevista com o Sr Cap EB CARLOS VINICIUS OTTONI BITTENCOURT

O Sr Cap CARLOS VINICIUS OTTONI BITTENCOURT foi da célula de assuntos civis (G9) da BRAENGCOPY/Haiti no 25º Contg e foi instrutor convidado do CCOPAB para os Estg UN-CIMIC 2017/1 e /2 e 2018/1 e /3.

Em relação aos questionamentos foram realizados os seguintes:

1. A Cooperação Civil-Militar é definida pelo MC-10.221 (2017) como: “atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as agências, as autoridades e a população em uma área operacional.” O Sr como Instrutor de CIMIC teve oportunidade de identificar ou acompanhar atividades CIMIC, durante a intervenção federal no Rio de Janeiro em 2018? Poderia citar alguns exemplos?

Sim. Apesar de não ter participado da Intervenção, pude observar que a CIMIC foi realizada principalmente na atividade que nossa doutrina chama de "ligação civil-militar", correspondente à função chave de "ligação e compartilhamento de informações" prevista pela doutrina da ONU. Essa atividade ficou evidenciada nas diversas interações do EB com os Órgãos de Segurança Pública e outros órgãos do governo estadual, nas quais certamente foi

necessária a capacidade de estabelecer a confiança e a comunicação entre as agências e outros atores locais. É comum associarmos a CIMIC somente com a atividades de apoio à estrutura civil, na qual o EB executa atividades em apoio à comunidade como parte do esforço para o atingimento dos objetivos militares. É importante ressaltar que, nessas atividades, os militares devem ser empregados preferencialmente em tarefas que lhes são afetas, evitando substituir ou duplicar o trabalho de outros atores locais. Assim, os militares só devem ser empregados em trabalhos não relacionados à atividade militar quando a situação de segurança não permitir que os devidos responsáveis locais atuem ou quando estes não possuem capacidade para tal. Isso visa a não criar uma dependência dos meios militares e a promover a autonomia local. Outro ponto importante é que, embora a CIMIC possa servir como um instrumento de aquisição de informações, essa postura deve ser evitada, pois pode facilmente romper os laços de confiança já estabelecidos.

2. Qual o efetivo que o Sr identifica ser ideal para planejar e coordenar este tipo de atividade?

R: 5 militares, 1 Oficial Chefe, 1 Oficial Adjunto e 3 Sargento;

3. Do efetivo considerado quais deveriam ser especialistas?

R: Pelo menos 1 Oficial e 1 Sargento

3. O Sr acredita que seja necessário ou importante, o Estado-Maior de um Btl ter uma seção, carteira de uma seção, ou função colateral CIMIC?

R: Sim.

4. Qual posto/graduação o Sr identifica que poderia chefiar o planejamento e coordenação destas atividades (caso no EM da Unidade houvesse a função CIMIC a ser exercida)?

R: O posto de Major.

5. Em operações como as da Intervenção Federal no Rio de Janeiro (2018), o Sr identifica que esta atividade poderia ser exercida de forma colateral ou há a necessidade de dedicação integral?

R: A intervenção é, em tese, interagência. Isso significa que deveriam existir estruturas de coordenação sólidas, oficiais de ligação em vários níveis, etc. A coordenação não seria somente feita pela função CIMIC, mas também por meio do centro de operações, e outras estruturas.

Não sei como isso aconteceu na intervenção, mas dependendo da eficiência dessa estruturas, o pessoal do Batalhão pode ser aliviado. Idealmente, melhor ter alguém com função dedicada, mas nem sempre é possível

3.3 Militares, de 3º Sargento a Coronel, que participaram das operações na Intervenção Federal no Rio de Janeiro em 2018.

Neste grupo, mais amplo que os outros alguns questionamentos foram realizados com o objetivo de se identificar a importância da atividade CIMIC, o efetivo (qualitativo e quantitativo) necessário para conduzi-la e uma solução alternativa ou provisória para adequação do Estado-Maior.

1) Como o Sr concorda com esta frase: as atividades CIMIC durante as operações na Intervenção Federal no Rio de Janeiro (2018) foram muito positivas para auxiliar o melhor cumprimento da missão.

Como o Sr concorda com esta frase: as atividades CIMIC durante as operações na Intervenção Federal no ...liar o melhor cumprimento da missão.

41 respostas

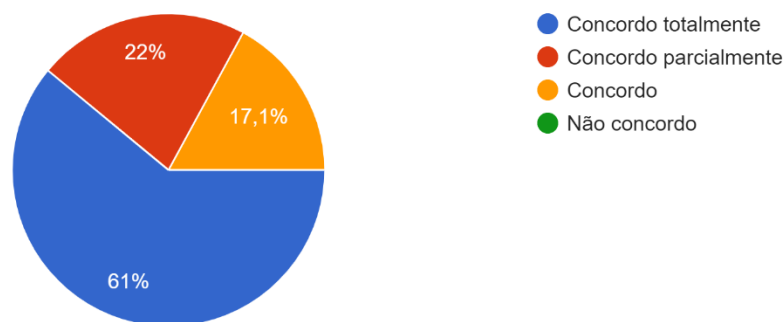


Figura 5: pergunta nº 1 do Grupo 3
Fonte: o autor.

Pode-se concluir parcialmente que a todos da amostra concordam sobre a importância das atividades CIMIC para a consecução dos objetivos da missão. Isso demonstra o conhecimento sobre a atividade e principalmente que os resultados foram observados de forma clara pelos integrantes das unidades empregadas na Intervenção Federal no Rio de Janeiro - RJ (2018).

2) O Sr acredita que seja necessário ou importante, o Estado-Maior de um Btl ter uma Seção, carteira de uma Seção, ou função colateral CIMIC?

O Sr acredita que seja necessário ou importante, o Estado-Maior de um Btl ter uma Seção, carteira de uma Seção, ou função colateral CIMIC?

41 respostas

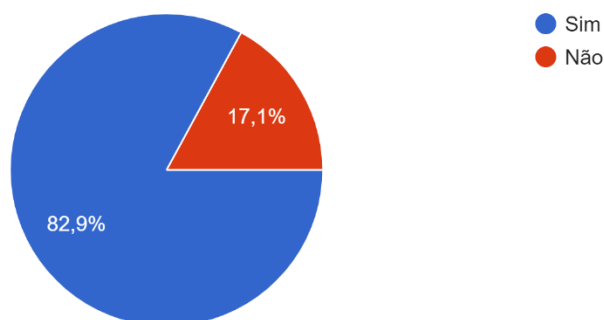


Figura 6: pergunta nº 2 do Grupo 3

Fonte: o autor.

Pode-se concluir parcialmente que 82,9% da amostra indicam que a atual configuração do Estado-Maior para cumprir atividades CIMIC está obsoleta e há sim a necessidade de se implementar a função CIMIC no Estado-Maior da Unidade.

3) Qual opção seria melhor caso esta estrutura fosse criada?

Qual opção seria seria melhor, caso esta estrutura fosse criada?

41 respostas

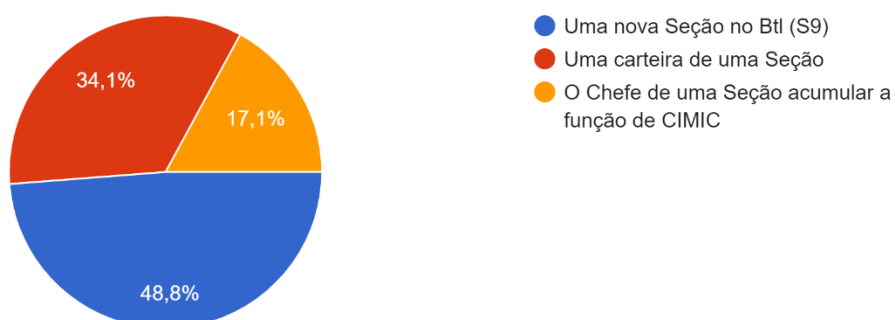


Figura 7: pergunta nº 3 do Grupo 3

Fonte: o autor.

Pode-se concluir parcialmente que 48,8% da amostra acreditam que seria necessário criar no Batalhão a 9ª Seção, a exemplo daquelas estruturas já exemplificadas presentes nas

Missões de Paz das Nações Unidas. Para 34,1% uma Seção já existente poderia incluir nas suas carteiras a função CIMIC. E, para 17,1% O próprio Chefe da Seção acumularia a função com a que já exerce.

5) Caso fosse necessário estabelecer uma função colateral, qual Seção seria mais vocacionada para planejar e coordenar as atividades de CIMIC?

Caso fosse necessário estabelecer uma função colateral, qual Seção seria mais vocacionada para planejar e coordenar as atividades de CIMIC?

41 respostas

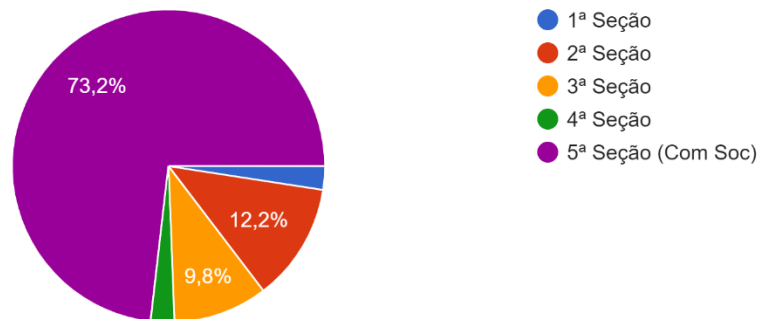


Figura 8: pergunta nº 4 do Grupo 3
Fonte: o autor.

Pode-se concluir parcialmente que para 73,2% da amostra acreditam que a Seção de Comunicação Social do Batalhão seria a mais apta planejar e coordenar as ações CIMIC. Para 12,2% a Seção de Inteligência seria a mais vocacionada concomitantemente com as que já exerce. Para 9,8% a Seção de Operações poderia cumprir o planejamento e coordenação das atividades CIMIC. E finalmente, para 2,4% da amostra a mais adequada seria a Seção de Pessoal ou 4ª Seção das Unidades.

5) Qual o efetivo que o Sr identifica ser ideal para planejar e coordenar este tipo de atividade?

2. Qual o efetivo que o Sr identifica ser ideal para planejar e coordenar este tipo de atividade?

41 respostas

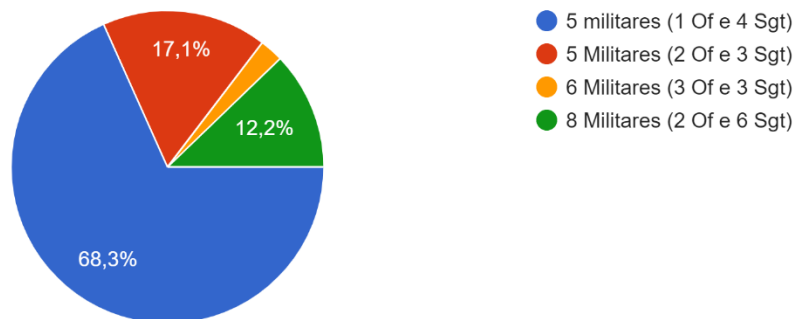


Figura 9: pergunta nº 5 do Grupo 3

Fonte: o autor.

Pode-se concluir parcialmente que para 68,3% o efetivo mais indicado para conduzir as atividades CIMIC seria de 5 (cinco) militares, compostos por 1 (um) Oficial e 4 (quatro) Sargentos. Para 12,2% o efetivo mais indicado para conduzir as atividades CIMIC seria de 8 (oito) militares, compostos por 2 (dois) Oficiais e 6 (seis) Sargentos. Para 17,1% o efetivo mais indicado para conduzir as atividades CIMIC seria de 5 (cinco) militares, compostos por 2 (dois) Oficiais e 3 (três) Sargentos. E, ao contrário do previsto no Brazilian Battalion na MINUSTAH, para 2,4% o efetivo mais indicado para conduzir as atividades CIMIC seria de 6 (seis) militares, compostos por 3 (três) Oficiais e 3 (três) Sargentos.

6) Qual posto o Sr identifica que poderia exercer a função de Chefe caso no Estado-Maior da Unidade houvesse a função CIMIC a ser exercida?

Qual posto o Sr identifica que poderia exercer a função de Chefe caso no EM da Unidade houvesse a função CIMIC a ser exercida?

41 respostas

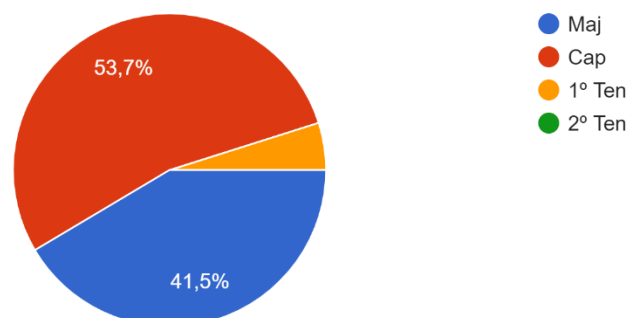


Figura 10: pergunta nº 6 do Grupo 3

Fonte: o autor.

Pode-se concluir parcialmente que para 53,7% o chefe da Seção que conduziria o planejamento e coordenação da atividade CIMIC seria de Capitão. Para 41,5% o mais indicado seria o de Major. E para 4,9% o cargo seria melhor executado na chefia de um 1º Tenente.

5) O Sr acredita que seja necessário a mudança no QCP do Estado-Maior de Batalhão para a Unidade melhor cumprir as missões CIMIC?

O Sr acredita que seja necessário a mudança do QCP do Estado-Maior de Btl para a Unidade melhor cumprir as missões CIMIC?

41 respostas

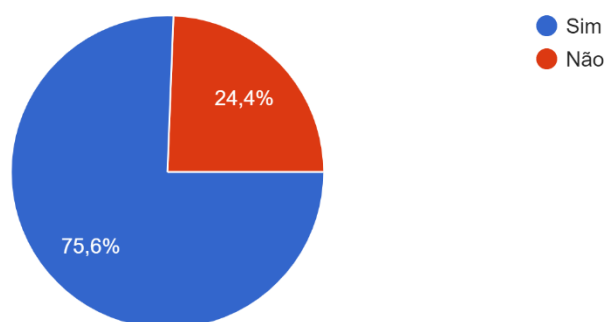


Figura 11: pergunta nº 7 do Grupo 3

Fonte: o autor.

Pode-se concluir parcialmente que para 75,6%, ou seja a grande maioria, a mudança no QCP é necessária para adequação ao objetivo a que se propõe: melhor cumprir a atividade CIMIC no âmbito da Unidade valor Batalhão. Apenas 24,4% não acreditam ser necessário esta adequação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um autor de filosofia acusa como uma “paralaxe cognitiva” o distanciamento entre teoria e prática. A teoria de que tudo aquilo que necessita-se para ser empregado encontrar-se-á nos Manuais de Campanha distancia-se da prática quando no emprego de tropa o planejamento não se realiza. Atualmente a Cooperação Civil-Militar não entrega as Organizações Militares, valor Unidade, a estrutura prevista necessária para sua execução. Como o tema é sensível e, as avaliações desta demanda por vezes não consulta os executantes, a amostra desta pesquisa teve papel fundamental para definir o resultado.

Os três universos considerados como amostra se complementam: instrutores do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil que têm a prática de ensinar aqueles que irão ser empregados na função; militares com experiência de CIMIC na prática, seja como integrante da célula de assuntos civis, seja como Subcomandante de Subunidade (SU) que acumula a função de Oficial CIMIC da SU; Militares especialistas ou não, que foram empregados na Intervenção Federal no Rio de Janeiro em 2018. Cada face desta tríade traz uma característica em particular que no conjunto diagnostica a solução prática aqui apresentada no Anexo A.

É importante salientar que todos tiveram um ponto de convergência: a atual estrutura não é suficiente para cumprir a missão. Isto por si só já pavimenta o caminho para a mudança, entretanto o avanço qualitativo desta mudança que deve ser mensurado. Num primeiro passo, buscou-se identificar a necessidade de criação de uma Seção com apenas esta atribuição. Como não houve unanimidade de resultados, entendeu-se que é ponto difuso e cabe melhor esclarecimento com pesquisas futuras. Nesta amostra, apesar da maioria acusar a criação de uma seção exclusiva, é prudente afirmar que algumas sugestões indicaram duas opções: criar a Seção CIMIC nos períodos em que a Unidade fosse empregada; estabelecer a Seção de forma colateral com outra já consolidada (neste caso a Seção de Comunicação Social foi a que melhor se destacou perante a amostra).

Em relação aos militares que poderiam compor esta nova estrutura, em grande parte na chefia observou-se que o posto de Capitão era suficiente. Este, de forma unânime era importante que fosse especialista no assunto. Quanto aos auxiliares variou-se a quantidade mas o número de 4 Sargentos se estabeleceu como adequado. Sobre a especialização destes, principalmente nas entrevistas o resultado recomenda a prudência de realizarem o estágio necessário. As funções de cada membro da Seção (temporária ou não) não foi objeto de estudo por prescindir de uma avaliação muito mais detalhada sobre a missão das Unidades e o impacto de cada atividade dos integrantes, sendo sugestão de pesquisas futuras.

Recomenda-se, portanto, a seguinte configuração de Seção CIMIC de Estado-Maior nível Unidade:

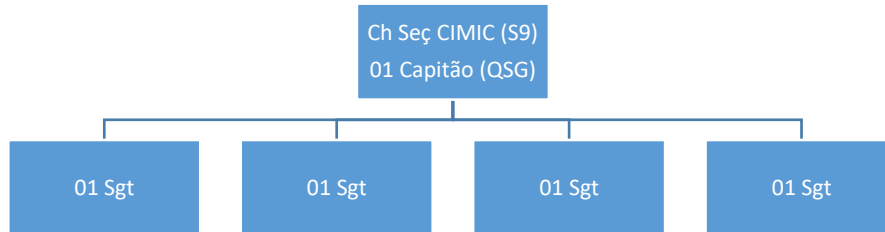


Figura 12: configuração quantitativa da 9ª Seção

Fonte: o autor

Conclui-se, portanto, que é inegável a necessidade de mudança, e que a atual configuração das Organizações Militares atende apenas a teoria dos manuais no que tange a Cooperação Civil-Militar. Esta estrutura encontrada, ilustrada pela Figura 12, mesmo que formada apenas em operações, facilitará o emprego real da Unidade e principalmente, atingirá os objetivos estabelecidos pelo Escalão Superior. Não obstante ainda, levará a Unidade e por consequência o Exército a melhor se preparar para os conflitos de 4ª geração, onde a narrativa é também um objetivo militar.

ANEXO A: Solução Prática

A presente pesquisa concluiu que é necessário a criação de uma Seção CIMIC nas Organizações Militares (OM) valor Unidade, com pessoal especializado para cumprir o planejamento do Escalão Superior. Desta forma as operações CIMIC serão melhor conduzidas no teatro de operações e as OM em suas área de responsabilidades terão maior capacidade de cumprir a missão.

Para que estas capacidades sejam ampliadas é importante que:

- Seja criada a Seção CIMIC (S9) nas OM;
- Sejam selecionados militares com perfil para a atividade ou que já tiveram experiência neste tipo de operação na OM;
- Após a análise criteriosa pleitear vaga nos estágios de formação no CCOPAB;
- Aqueles que realizaram o Estágio devem conduzir instruções específicas para os envolvidos no planejamento e execução deste tipo de atividade (Comandantes de Subunidades e militares que trabalham na Seção);
- Sejam realizadas reuniões de coordenação e alinhamento de planejamentos entre as Seções CIMIC das Grande Unidades ou Grande Comandos Operacionais e as Seções CIMIC das OM;
- Nos casos de não criação e mudança do QCP das OM estabelecer o mesmo efetivo e estrutura e acioná-lo quando a OM estiver empregada em operações não simuladas.

REFERÊNCIAS

C 20-1: Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército. 3. ed. Brasília, DF, 2003b.

CENTRO DE EXCELÊNCIA DE COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR. CIMIC Field Handbook. Ed. 3. 2012

TEIXEIRA, Darison Regis. **A COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR NAS FRAÇÕES VALOR BATALHÃO PARTICIPANTES DE OPERAÇÕES DE APOIO A ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS EM TERRITÓRIO NACIONAL.** 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, ESAO, Rio de Janeiro, 2017.

EUA. Christopher Holshek. Peace Operations Training Institute® (Org.). **Civil-Military Coordination in Peace Operations.** Williamsburg, VA: Peace Operations Training Institute, 2017. 37 p

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR.** Brasília: COTER, 2017. 61 p.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS.** Brasília: EME, 2017. 118 p.

VALDETARO, João Maurício Dias Lopes. **O APOIO DE COOPERAÇÃO CIVIL-MILITAR (CIMIC) EM COMBATE: UMA PROPOSTA.** 2017. 33 f. Monografia (Especialização) - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, ESAO, Rio de Janeiro, 2017.

AGÊNCIA BRASIL, Senado aprova decreto presidencial de intervenção no Rio de Janeiro. Disponível em: Acesso em: 23 de Março 2019

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. Segurança nas Fronteiras. Disponível em: Acesso em: 23 de Março 2019;

ONU. Organização das Nações Unidas. Secretariat. Department of Peacekeeping Operations and Department of Field Support. **United Nations Infantry Battalion Manual.** New York: DPKO/DFS, 2012.